

**ARTIGO**

DOI: 10.22481/praxis.v14i28.3473

**APAGAMENTO DA MULHER EM EXPERIÊNCIAS DE FUNDAÇÃO DO  
MAGISTÉRIO NA BAHIA: APONTAMENTOS DE UMA ETNOGRAFIA EM  
ARQUIVOS DE PROFESSORAS E INSTITUIÇÕES DE ENSINO**WOMEN'S ERASURE IN FOUNDATIONS OF TEACHING IN BAHIA: NOTES OF AN  
ETHNOGRAPHY IN TEACHERS AND EDUCATIONAL INSTITUTIONS ARCHIVESANULACIÓN DE LA MUJER EN LAS EXPERIENCIAS FUNDADORAS DEL  
MAGISTERIO DE BAHÍA: NOTAS DE UNA ETNOGRAFÍA EN ARCHIVOS DE  
PROFESORAS E INSTITUCIONES DE ENSEÑANZA*Elizeu Pinheiro da Cruz*

Universidade do Estado da Bahia – Brasil

*Janaina de Jesus Santos*

Universidade do Estado da Bahia – Brasil

*Maria Lúcia Porto Silva Nogueira*

Universidade do Estado da Bahia – Brasil

**Resumo**

Este trabalho é uma etnografia de arquivo que descreve experiências fundadoras do magistério no sudoeste do Estado da Bahia. O trabalho de campo aconteceu entre fevereiro de 2016 e novembro de 2017 em documentos de instituições e de professoras aposentadas. Ele foi composto por movimentos de análise de documentos, observação participante e entrevistas. Ao longo da investigação, deparamo-nos inicialmente com enunciados que atribuíam apenas ao homem o protagonismo no magistério na região, especificamente de Ciências e Matemática. Todavia os documentos do arquivo e os sujeitos indicaram apontamentos que nos permitiram interrogar os enunciados da hegemonia masculina e, conseqüentemente, entender como as versões contadas acerca da história do ensino de Ciências e Matemática estão pautadas em um silêncio fundador: o apagamento da mulher nas formulações sobre as fundações das Escolas Normais, da Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista e do Ginásio do Padre Palmeira. Concluímos apontando políticas de silêncio como condição de produção de um patriarcado que tem como cerne do seu conteúdo a hegemonia masculina atrelada ao apagamento feminino no sudoeste da Bahia, ainda que as experiências práticas de ensinar e aprender foram e são protagonizadas principalmente por mulheres sertanejas.

**Palavras-chave:** Mulheres. Magistério. Sudoeste da Bahia.

**Abstract**

This work is an archival ethnography that describes founding experiences of teaching in southwest of State of Bahia. Fieldwork took place between February 2016 and November 2017 in institutions and retired teachers documents. It consisted of document analysis movements, participant observation, and interviews. Throughout this investigation work, we first encounter enunciations that attributed only to man protagonist role in teaching of the region, specifically Science and Mathematics. However, archive documents and subjects indicated notes that allowed us to interrogate enunciation of male hegemony, which helped us to understand how versions told about Science and Mathematics teaching history are based on a founding silence: woman erasure in formulations on foundations of Normal Schools, Faculty of Teacher Training in Vitória da Conquista and Gymnasium of Padre Palmeira. We conclude by pointing to policies of silence as a condition for production of a patriarchy that has as its core masculine hegemony linked to female erasure in southwest of Bahia, although practical experiences of teaching and learning had and have mainly sertanejas women as protagonists.

**Keywords:** Women. Teaching. Southwest of Bahia.

**Resumen**

Este trabajo es una etnografía de archivos que describen experiencias fundadoras del magisterio en el suroeste del Estado de Bahía. El trabajo de campo ocurrió entre febrero de 2016 y noviembre de 2017 en documentos de instituciones y de profesoras jubiladas. Este estudio se compuso a partir de movimientos de análisis de documentos, observación participante y entrevistas. A lo largo de la investigación, nos encontramos inicialmente con enunciados que atribuían exclusivamente a hombres el protagonismo en el magisterio en la región, específicamente de Ciencias y Matemáticas. Sin embargo, los documentos del archivo y los sujetos indicaron apuntes que nos permitieron interrogar los enunciados de la hegemonía masculina, lo que nos ayudó a entender cómo las versiones contadas acerca de la historia de la enseñanza de Ciencias y Matemáticas están pautadas en un silencio fundador: la anulación de la mujer en las formulaciones sobre las fundaciones de las Escuelas Normales, de la Facultad de Formación de Profesores de Vitória da Conquista y del Gimnasio del Padre Palmeira. Concluimos apuntando políticas de silencio como condición de producción de un patriarcado que tiene como núcleo de su contenido la hegemonía masculina ligada a la anulación femenina en el suroeste de Bahía, aunque las experiencias prácticas de enseñar y aprender fueron y son protagonizadas principalmente por mujeres sertanejas.

**Palabras clave:** Mujeres. Enseñanza. Sudoeste de Bahía.

**Introdução**

A escrita da História quase sempre foi pautada pelo emaranhado das narrativas tradicionais dos grandes acontecimentos protagonizados pelos heróis. Toda uma sucessão de fatos políticos e econômicos calcados em relações de causa e consequência é produzida na superfície do tapete da continuidade e da totalidade em direção à evolução. Sob essa cortina de continuidade e de homogeneidade existem histórias outras, aquelas silenciadas, que caminham na cotidianidade.

As narrativas tradicionais serviram de pano de fundo para reafirmação de valores morais, sociais, culturais e econômicos hegemônicos. Detentor dos meios de produção econômica e de saberes, o sistema patriarcal determinou o lugar de cada um: ao homem, cabiam as esferas pública e social, o acesso ao conhecimento para promover o progresso científico e tecnológico, os melhores empregos e salários para prover a família; enquanto à mulher cabiam o restrito âmbito doméstico e suas atividades de cuidar dos pais, do marido, da casa e dos filhos.

Dessa maneira, as mulheres foram relegadas à pouca visibilidade ou à imagem estereotipada dentro das molduras sexistas e patriarcais do mundo. Convém refletir que sempre há uma tensão nas relações de poder, colocando a mulher como sujeito que o exerce sob condições muito estritas em comparação com a situação do homem. Assim, as relações historicamente produzidas entre as mulheres e os homens criaram um movimento que fabricou o que é ser “mulher” e o que é o “feminino” por meio de tecnologias do poder na microinstância de cada indivíduo.

Essa formulação da invisibilidade da mulher é problematizada neste trabalho a partir de uma etnografia de arquivos de inspiração feminista (SARDENBERG, 2016; STRATHERN, 2006; HARAWAY, 1995) formulada na tensão entre os tempos passado e presente, que chamamos de tensão sincronia-diacronia. Nela, descrevemos experiências fundadoras do magistério no sudoeste do Estado da Bahia, partindo de discursos que evidenciam uma “regularidade” sobre apagamento de gênero nos ensinamentos de Ciências e Matemática expresso no recorte de uma entrevista que fizemos com um egresso da primeira turma do Curso de Licenciatura Curta em Ciências da Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista: “a área de Ciências e Matemática era atacada mais pelos homens, porque a mulherada era mais nas Letras”. Outros enunciados produzidos em situações de observação participante e entrevistas realizadas por nós evidenciam a invisibilidade da mulher no magistério dessas áreas.

No entanto, isso pareceu contraditório quando interrogamos os registros fotográficos em arquivos de instituições e professoras das cidades baianas Caetité<sup>1</sup> e Vitória da Conquista.

---

<sup>1</sup> Cidade situada em um território também definido como “Alto Sertão”, nomenclatura formulada nos muitos trabalhos historiográficos, a exemplo do trabalho de Estrela (2003, p. 37), que a utiliza como referência à grande área do interior do Brasil que corresponde atualmente aos limites entre os Estados de Minas Gerais e Bahia. A autora entende que essa nomenclatura abarca “sobretudo as percepções e o imaginário dos homens que a habitam”, além dos fatores geográficos, culturais e históricos que lhe são próprios, admite “a existência de uma região imaginária na geografia do extremo sudoeste da Bahia [...] a qual tem sua origem na formação territorial do Brasil Colônia”. Assim, assumimos o “Alto Sertão” como formulação dos sujeitos da região que investigamos,

Esses registros insistiam em nos fazer pensar o contrário: eram mulheres e não homens os maiores protagonistas do ensino. Foi então que problematizamos: por que os homens ocupam um lugar de destaque nos discursos sobre o ensino de Ciências e Matemática, quando os registros fotográficos e estatísticos sobre a docência mostram as mulheres como as protagonistas? Como poderíamos retomar a emergência de experiências fundadoras da formação docente – e, mais especificamente, em Ciências e Matemática – a partir dos diversos documentos com recorte nas relações de gênero? Como a experiência em arquivos poderia oferecer materiais que tornassem possível a emergência de uma etnografia? Utilizamos a terminologia “protagonista” para destacar o papel das mulheres enquanto sujeitos em contraposição às forças estruturadas por instituições como família e escola que produzem, tradicionalmente, o apagamento da mulher, e a dominação masculina (BOURDIEU, 2002). A classificação “gênero” é utilizada neste texto não como algo inerente aos sujeitos, mas como diferenciação categorial, nos termos da formulação de Strathern (2006), para nos permitir entender que as identidades de gênero no magistério estão relacionadas aos modos com os quais os sujeitos foram/são transacionados no sistema educacional baiano. Ou seja, “mulher” e “homem” são constructos de gênero fundamentalmente ligados à ação, são produções históricas construídas pelas práticas nas microinstâncias do cotidiano.

Frente a isso, objetivamos recuperar apontamentos sobre as relações de gênero, no desenvolvimento da educação escolar básica e universitária, que estabelecessem regularidade acerca do apagamento da mulher no magistério, especialmente, de Ciências e Matemática do sudoeste da Bahia.

### **Os arquivos na tensão sincronia-diacronia**

Esta pesquisa envolveu os gestos de descrição e análise de documentos, para trabalhá-los em seu interior e estabelecer unidades, séries e relações (FOUCAULT, 2007). A partir dos procedimentos de análise documental, observação participante e entrevistas realizadas entre fevereiro de 2016 e novembro de 2017, os enunciados foram organizados, destacados dos textos-fonte e ordenados para definir, no próprio tecido documental, as interrelações

---

fértil em fazer emergir os esquemas explicativos locais sobre as divisões territoriais, o conhecimento situado (HARAWAY, 1995) sobre o território.

possíveis nesse processo de construção de um silenciamento. Trata-se de uma reinterpretação de fontes arquivísticas nos termos das formulações etnográficas de Cunha (2016; 2005).

Na perspectiva foucaultiana, o conjunto dos enunciados está no nível das coisas efetivamente ditas e compõe o arquivo. Interessa-nos pesquisar as possibilidades e as impossibilidades enunciativas e o jogo de relações que caracterizam o nível discursivo da linguagem. O arquivo deste estudo foi produzido segundo regularidades em documentos dos séculos XIX e XX, abrigados (i) nas casas de professoras aposentadas, egressas da Escola Normal, (ii) no Museu Pedagógico – Casa Padre Palmeira da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), (iii) no arquivo da Escola Normal de Caetité e (iv) no Arquivo Público Municipal, em Vitória da Conquista, Bahia. Produzimos também notas e apontamentos a partir de dois livros de memorialistas, que estiveram ligadas à Escola Normal de Caetité (uma docente e uma estudante) e de entrevistas realizadas com egressas e egressos dessas escolas.

Nos arquivos, atentamo-nos para duas questões: a organização dos acervos e o acesso à experiência passada, a partir da mediação dos documentos. A organização dos acervos ajudou-nos a entender a seleção e a exposição de narrativas sobre as instituições de ensino da região no tempo presente, ou seja, como as pessoas que contribuem para a feitura dos acervos, “constroem” esse passado que “aparece” atualmente para os seus usuários. Os arquivos foram tomados não como pedaços cristalizados de passado ou via de reavivamento dos enunciados, mas como materialização do que foi possível enunciar em dada época e em determinado contexto sociohistórico pela memória discursiva atualizada no fio do enunciado.

Para problematizar os elementos relacionados ao apagamento de gênero em experiências de fundação do magistério na Bahia e tornar a abordagem um problema antropológico, discursivo e historiográfico, fizemos um percurso pela dispersão dos enunciados produzidos sobre as Escolas Normais na Bahia e a Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista.

### **A Escola Normal na Bahia**

As Escolas Normais<sup>2</sup> surgiram no Brasil nas três primeiras décadas do século XIX (MARTINS, 2009), mantendo estreita relação com a implantação do ensino primário (ROCHA, 2008). No interior do Estado da Bahia, há documentação que indica que as Escolas Normais surgiram na última década do século XIX em Caetité e, posteriormente, em outras cidades, como Caculé, Brumado e Vitória da Conquista. A ausência de instituições universitárias contribuiu para legitimar as Escolas Normais como espaços para a formação das professoras<sup>3</sup> de toda a educação escolar, desde o magistério para regentes do ensino primário e secundário até a habilitação para administração de escolas.

No sudoeste do Estado, nas décadas de 1960 e 1970, por exemplo, as docentes que lecionavam em todos os níveis escolares eram formadas nessas instituições de ensino. As professoras com as quais estabelecemos interlocuções para o desenvolvimento da pesquisa fizeram referência à condição de “professoras leigas”, aquelas que atuavam na docência em níveis e disciplinas para as quais não receberam formação<sup>4</sup>. Uma delas lecionou a disciplina educação física, apesar de ter apenas o diploma da Escola Normal Rural<sup>5</sup>. Dessa forma, entendemos que, ao cumprirem o importante papel social de “professoras leigas”, essas mulheres sertanejas garantiam a oferta e ampliação da educação escolar em territórios do sudoeste do Estado da Bahia.

Conversamos com outras professoras aposentadas que estudaram e se formaram em Caetité na primeira metade do século XX. Todas elas informaram que, após a conclusão do Curso Normal, facilmente se inseriam em classes de ensinos primário e secundário. Disseram ainda que os “homens do poder”<sup>6</sup> determinavam os locais e as classes nas quais passaram a atuar após conclusão do Curso Normal.

<sup>2</sup> Nesta seção, há uma referência genérica ao conjunto de instituições nominadas “Escola Normal” para destacar seu pioneirismo na formação de professoras, anterior ao surgimento das faculdades e universidades na Bahia. Especificaremos singularidades quando circunscrevermos a Escola à sua respectiva cidade ou região.

<sup>3</sup> Homens também atuavam como professores. No entanto, como a maioria era mulheres, escolhemos manter a grafia no feminino.

<sup>4</sup> Identificamos outro sentido para “professora leiga”: pessoas sem formação concluída em 1º e/ou 2º Grau que assumiam classes devido à carência de pessoas diplomadas. Outros relatos indicaram também os usos das nomeações das professoras como estratégia do jogo político: prefeitos e vereadores indicavam pessoas para lecionar e, em troca, essas pessoas e seus familiares davam seus votos a quem lhe garantiu o emprego.

<sup>5</sup> No início da década de 1940, a educação passou por mudanças que deveriam corresponder aos objetivos do projeto nacionalista do governo Vargas. Para atender às singularidades de ambientes rurais, as escolas normais passaram por alterações que incluíam reorganização curricular e curso com duração de três anos. Em Caetité, Helena Santos (1997, p.75) informou que a Escola Normal passou a se chamar Escola Normal Rural e ela própria, como docente da instituição, reclamou a diminuição da carga horária de algumas disciplinas.

<sup>6</sup> A expressão “homens do poder” pareceu indicar, nas falas das professoras aposentadas, uma minoria de homens dominante que não representava a maioria, muito menos as expectativas do professorado, quanto a organização da educação escolar.

Rocha (2008), após se debruçar sobre a legislação que normatizou a criação da Escola Normal em Salvador, ainda no início do século XIX (Lei nº 37, de 14 de abril de 1836), identificou que essa nascente Instituição estava destinada, na letra da Lei, “principalmente aos homens”. As mulheres seriam formadas em um currículo diferenciado: com matérias relacionadas a desenho e prendas domésticas. Esta última, ministrada somente por professoras. No estudo do período compreendido entre 1842-1847, os dados indicam a presença de 68 homens e 15 mulheres, no primeiro ano de matrícula; e apenas quatro homens, em 1847. Em 1869, quando a Escola Normal de Salvador já funcionava em regime de internato, havia 37 moças e 16 rapazes em seus respectivos internatos (masculino e feminino).

No caso da Escola Normal de Caetité, já no final da primeira metade do século XX, uma egressa, professora da educação básica aposentada e colaboradora desta pesquisa, identificada como Margarida<sup>7</sup>, informou que as condições de estudo para as mulheres eram precárias. Quando, por exemplo, precisavam realizar necessidades fisiológicas, um funcionário da escola entregava as moças uma “pá de pedreiro” para enterrarem urina e fezes no quintal da escola.

Mônica, outra professora aposentada, relatou que primeiro entravam na sala os rapazes e sentavam na parte da frente e, posteriormente, as moças, que sentavam no fundo da sala. Quisemos entender como elas interpretavam tal ordenamento e elas indicaram que era uma tentativa de impedir que os meninos olhassem para as meninas. Segundo elas, havia separação entre os gêneros também no recreio, momento no qual as moças desenvolviam estratégias para realizar os mesmo jogos “destinados” aos meninos. Margarida disse que as meninas tiravam as meias-calças, peça obrigatória do uniforme das moças<sup>8</sup>, e montavam uma bola para realização de diferentes jogos. Todas as professoras que colaboraram com a pesquisa relataram, com expressão sorridente e em tom jocoso, sobre as suas muitas transgressões para realizarem as atividades que lhes eram proibidas.

Das interlocuções com Margarida, percebemos a diferenciação de valores atribuídos às avaliações por conta do gênero dos estudantes. Segundo ela, seu professor de Matemática atribuiu nota seis a uma das suas avaliações e nove a avaliação de um aluno que havia

<sup>7</sup> Todos os nomes que utilizamos para nos referir as professoras entrevistadas são fictícios.

<sup>8</sup> As roupas apareceram de maneira recorrente em nossas conversas: as professoras falavam dos uniformes femininos e masculinos para distintos eventos e em diferentes períodos da trajetória da escola no período em que estudaram. Tal assunto pareceu apresentar alguma fertilidade de pesquisa porque a ele estão subjacentes as práticas sociais e costumes que se inscrevem também no corpo das normalistas. No entanto, não enfrentaremos esse assunto por razões de recorte e tempo.

acertado a mesma quantidade de questões. Perguntamos se ela havia questionado o professor e ela disse que não, pois temia represálias.

Retornando à Escola Normal de Salvador, nas últimas décadas do século XIX, queremos destacar a relação entre disciplinas escolares e papéis de gênero na composição do currículo: “prendas domésticas” era lecionada por mulheres nos três anos de formação e “doutrina cristã”, “ciências naturais”, “física”, “química e mineralogia” e “língua francesa” eram lecionadas por homens (ROCHA, 2008). Considerando que naquele período a maioria dos diplomados na escola era composta por mulheres, é possível afirmar que, já na emergência da Escola Normal de Salvador, o lugar do gênero feminino, ligado às “prendas domésticas”, e do homem, à abstração e erudição, eram explicitamente definidos na designação de quem ocupava as cadeiras no conjunto das matérias do currículo prescrito, aquele definido nos projetos, planos de curso e legislação.

Após diversas reformas educacionais, a Lei nº 117, de 24 de agosto de 1895, propôs a estrutura unificada da escola e criou a Escola Normal dos municípios de Caetité e Barra (ROCHA, 2008). No entanto, a Escola Normal de Caetité, diferente da de Salvador, passou por processos de interrupção, sendo reativada em 1926, em atendimento ao projeto de reforma da instrução pública do Estado da Bahia, Lei nº 1846, de 14 de agosto de 1925.

Na Escola Normal de Caetité, a partir das atas de colação de grau referentes ao período 1929-1966, depositadas no arquivo do Instituto Anísio Teixeira, acompanhamos a movimentação de estudantes e a predominância incontestável das mulheres concluintes no Curso Normal: o número de mulheres concluintes foi maior do que o número de homens; apenas nos primeiros anos da década de 1930, houve um equilíbrio quantitativo entre homens e mulheres concluintes, sendo que em 1931 o quantitativo de homens foi superior ao de mulheres. No ano de 1929, ano de formação da primeira turma, apenas um homem concluiu o Curso Normal.

Podemos dizer que, na docência feminina, se assentou a quase total responsabilidade pela educação escolar. Nas décadas de 1950 e 60, o número de concluintes havia se multiplicado muitas vezes, chegando a atingir a marca de 79 (62 mulheres e 17 homens) no ano de 1966, quando a escola completava quarenta anos de atuação.

Sob influência dos ideais do Estado Novo, formar professoras para a empreitada de desenvolver um sentimento de nacionalidade e amor à Pátria entre os educandos era o interesse maior das políticas voltadas para a educação. Esse aparato ideológico perpassava não só pelas instâncias de formação institucionalizadas, como por outras informais, todas



reproduzindo os valores eleitos pelo Estado, família, igreja, associações beneficentes e outras. A rede de valores reforça o lugar de cada sujeito, quais as práticas permitidas a cada um para existir no tecido social, por meio de ordenação e hierarquização dos indivíduos em papéis cristalizados.

No âmbito geral, os discursos médicos, religiosos, jurídicos e pedagógicos produziram o lugar da mulher como sujeito frágil biologicamente e mentalmente, que necessitavam de proteção e tutela. Igualmente, as professoras foram forjadas num movimento paralelo em que eram “dirigidas” e também “dirigentes”; deveriam ser “disciplinadas” e “disciplinadoras”. Ou antes, para disciplinar o outro, faz-se necessário ser disciplinado como condição. Segundo Louro (2000, p. 454), ao assumir os papéis de mães e profissionais, as mulheres viveram/vivem situações conflitantes e nem sempre conseguiam/conseguem nortear seus planos e aspirações em proveito próprio, em projetos de emancipação, mas viveriam unicamente em função dos outros, da família, da sociedade. Amplamente reproduzido, esse corpo de ideias contribuiu para o apagamento<sup>9</sup> do protagonismo feminino, apesar do bom desempenho das mulheres nas fileiras da educação, em níveis de ensino e áreas de formação diversificadas.

Essa era a tônica dos discursos, espelhos da mentalidade dominante nos espaços de formação de professoras. A lei orgânica do ensino, Lei nº 4.244, de 1942, ao entrar em vigor, admitia a presença de mulheres no ensino secundário, mas trazia também novos e refinados instrumentos de disciplina, apresentando o objetivo explícito de investir na “natureza da personalidade feminina e na sua missão dentro do lar”. Materializa-se, neste discurso, a ideia de segregação das profissões conforme os sexos e as mulheres que decidissem ficar fora do magistério teriam que resistir às malhas do poder.

A formação das baianas em cursos de graduação e a diversificação profissional foram uma conquista posterior aos anos 1970. No estudo sobre a participação das mulheres nos cursos da Universidade Federal da Bahia, Passos (1997) afirma que, naquela década, 65% das mulheres estavam nas áreas de Ciências Humanas, Letras, Artes ou Enfermagem, ou seja, profissões consideradas “femininas”, por sua íntima relação com o cuidado do outro. A seguir, mostraremos que as mulheres também foram maioria em uma experiência de fundação do magistério de Ciências e Matemática da região sudoeste da Bahia.

---

<sup>9</sup> Usamos as palavras “apagamento”, “ocultamento” e “silenciamento” como sinônimas.

## A hegemonia do patriarcado na fundação da Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista

Nesta seção, apresentamos alguns dados relacionados à criação da Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista (FFP/VCA)<sup>10</sup> em uma tentativa de indicar como as relações de gênero estruturaram a experiência de fundação da formação de professores de Ciências e Matemática nos primeiros anos da década de 1980 em um movimento de continuidade de discursos e práticas que produzem o apagamento da mulher e a hegemonia do patriarcado que remonta ao período de fundação das experiências de formação de professores nas Escolas Normais.

A Faculdade de Educação de Vitória da Conquista foi criada pelo Decreto Federal nº 21.363 de 1969<sup>11</sup>. O Jornal *O Sertanejo*, na edição do dia 02 de agosto do mesmo ano, informou que o Governador Luiz Viana Filho assinou o decreto de criação em 30 de setembro de 1969. Naquele momento, havia a previsão do início do funcionamento para setembro de 1970, oferecendo três cursos: Curso de Letras, Ciências e Estudos Sociais. O Governo do Estado assumiria as despesas com instalação, pessoal e material através da Secretaria de Educação.

Na edição de 31 de janeiro de 1971, o mesmo Jornal publicou informes acerca da viagem do Prefeito Fernando Spínola para Salvador, onde tratou de assuntos relacionados a obras da construção civil para Vitória da Conquista. Dentre elas, o prefeito informou que o Governador pediu “a planta” do terreno para construção da Faculdade de Educação que, juntamente com a Unidade Ginásial do Centro integrado de educação, seriam as “[...] duas outras realizações que o Governador faz questão de inaugurar ainda em seu governo, devendo entrar em funcionamento ainda este ano” (Jornal *O Sertanejo*, janeiro de 1970).

No ano de 1970, em visita a Vitória da Conquista para tratar de questões relacionadas aos professores do ensino primário, implantação da Faculdade de Educação e funcionamento do Ginásio do Centro Integrado, o deputado Orlando Spínola afirmou: “[...] o Prefeito Antônio Carlos Magalhães, de Salvador, será o próximo Governador do Estado, e o faço pela certeza que tenho de que se trata de um nome que preenche todos os requisitos exigidos pela Revolução” (Jornal *O Sertanejo*, fevereiro de 1970). Segundo Spínola, Rondon Pacheco,

<sup>10</sup> Instituição que fez parte da composição dos agenciamentos que deram origem a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (a UESB) em meados da década de 1980.

<sup>11</sup> Segundo informações do site (*home page*) da UESB na internet, a Faculdade de Educação de Vitória da Conquista (FFP/VCA) foi constituída como Autarquia através da Lei nº 2.741.

membro da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e emissário do Presidente Emílio Garrastazu Médici, concluiu, ao visitar Salvador, que “[...] o Prof. Antônio Carlos Magalhães é o candidato natural da Bahia”.

Ou seja, os “homens do poder” fundaram instituições e nomearam homens para dirigí-las ajustadas aos esquemas políticos e disciplinadores do regime militar. Isso pôde ser observado na sucessão do governo do Estado da Bahia em 1970, no qual Luiz Viana Filho foi sucedido por Antônio Carlos Magalhães. Para justificar a sucessão, as obras e ações relacionadas à criação de uma Faculdade em Vitória da Conquista foram assumidas em discursos de agentes políticos locais com projeção estadual para justificar a sucessão e combater a oposição, como fica materializado na entrevista concedida pelo Deputado Orlando Spínola ao “Sertanejo” em 28 de fevereiro de 1970.

O deputado Spínola reconhecia uma oposição local e para ela se dirigiu: “[...] em breve silenciaremos os ‘pessimistas’ com funcionamento do Ginásio e da Faculdade”. A marcação do termo “pessimistas” entre aspas indica que não se tratava de qualquer pessimismo ou mesmo de um pessimismo. Talvez uma ironia(!) como forma de enfretamento à presença de uma forte oposição ao governo estadual e ao regime federal na cidade nas décadas de 1970 e 1980.

A ARENA, criada em 1965 para sustentar politicamente o governo militar após o golpe de 1964, produziu um discurso de renovação, combate a corrupção, ao caos econômico e à minoria ativista. Ela [a ARENA] tinha um apoio significativo de políticos e moradores conquistenses, inclusive do Jornal *O Sertanejo*, conforme relataram colaboradores do Arquivo Público de Vitória da Conquista e outros moradores da cidade que, durante a observação participante, se referiam a ele como “*O Sertanejo*”.

Em agosto de 1971, *O Sertanejo* publicou uma reportagem intitulada “Educação e saúde na agenda do governador”. O governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, já instituído no posto por eleição indireta, visita a cidade de Vitória da Conquista para inauguração do Banco do Nordeste e assina com Nilton Gonçalves, professor do Instituto de Educação Euclides Dantas e prefeito de Vitória da Conquista na ocasião, um convênio para “[...] o efetivo funcionamento da Faculdade de Formação de Professores”. Luiz Viana Filho também visitou Vitória da Conquista antes de concluir seu governo para inaugurar obras, no início de março de 1971. A Faculdade de Formação de Professores foi noticiada como parte das inaugurações pelo mesmo Jornal. Percebe-se que a Faculdade, que inicialmente foi definida como Faculdade de Educação, recebeu uma nova designação, passando a ser

noticiada pelo Jornal como Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista (FFP/VC), já no final da gestão de Luiz Viana Filho<sup>12</sup>.

Ao lado da entrevista com o deputado Orlando Spínola, *O Sertanejo* publica um texto descrevendo a gestão do prefeito Fernando Spínola, que exerceu o cargo em concomitância com a gestão de Luiz Viana Filho. Segundo o Jornal, uma das metas da gestão foi a educação e, por isso, as inaugurações de escolas para o ensino primário em diversos locais do município, pleiteando também junto ao governador Luiz Viana Filho mais “casas de ensino”, a Faculdade seria uma delas. O alinhamento entre as duas plataformas e a consonância com o Governo Federal certamente ofereceram as condições para implantação da FFP/VCA.

Nos moldes dos acordos anteriores, o Governo do Estado se responsabilizou pelas despesas docentes e o Governo Municipal pelas despesas relacionadas ao administrativo. O diretor Jesiel Norberto baixou edital para o vestibular do Curso de Letras no segundo semestre de 1971, que foi realizado na sede da Faculdade e nas escolas de ensino médio da cidade. Os Cursos de Ciências e Estudos Sociais, prometidos no final da década de 1960, não são citados pelo Jornal, são silenciados.

Em junho de 2016, mantivemos uma interlocução com um egresso da primeira turma do Curso de Ciências da Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista. Essa primeira turma foi composta por 32 mulheres e 08 homens, tendo 01 desistência de cada gênero. Eram professoras com formação em Magistério e atuantes nas redes municipais e estaduais de ensino. Conversamos com esse egresso, identificado como Antônio, acerca do surgimento dos primeiros cursos da FFP/VCA, as licenciaturas curtas em Letras, Estudos Sociais e Ciências, nas décadas de 1970 e 1980:

- [...] em uma cidade como [Vitória] Conquista que só tinha o Curso de Letras Vernáculas, chegando a área de Matemática que abrange mais a área masculina... Porque, naquela época, Letras era para quem? Era mais para o público feminino. Quando chegou Matemática<sup>13</sup>, atacou o grupo masculino querendo fazer. *Disse seu Antônio.*
- Tinham mulheres também no Curso de Ciências? *Indagamos.*
- Era a maior parte mulher. Tinha poucos rapazes.
- O senhor disse que o Curso de Ciências foi para os homens a possibilidade de ingresso na Faculdade... *Íamos concluir questão, quando fomos interrompido por sua resposta.*

<sup>12</sup> Dentre os documentos e sujeitos pesquisados neste estudo, não conseguimos informações sobre as possíveis motivações da nova designação.

<sup>13</sup> Referência ao Curso de Licenciatura Curta em Ciências.

- O despreparo... Porque, normalmente, quem eram os professores e davam aulas de Matemática, nas escolas de 2º grau, era só mulher. Raramente um homem queria ser professor (*risos*).
- E como eram as relações entre os homens e as mulheres na Faculdade? *Perguntamos, querendo explorar a composição da turma quanto às relações de gênero.*
- Era muito tranquilo, não tinha essa briga não porque eu pelo menos tive algumas professoras do 2º grau como minhas colegas de Faculdade.

Sobre a composição da primeira turma do Curso de Ciências, Antônio afirmou sorrindo que “Raramente um homem queria ser professor”, embora reconheceu que muito homens tentaram o vestibular e não foram aprovados .

Esses e outros apontamentos do nosso percurso de pesquisa permitiram questionar ainda uma temática regional recorrente nos fóruns acerca das práticas políticas e eleitorais da Bahia: é mesmo o patronato-clientelismo o filão da organização da política educacional do interior do Estado ou seria ele desdobramento do patriarcado representado pelos governos de Luiz Viana Filho (1967-1971), Antônio Carlos Magalhães (1971-1975 e 1979-1983) e Roberto Santos (1975-1979) e instaurador de um androcentrismo que nega à mulher a condição de sujeito histórico? Esses “homens do poder” exerceram os cargos durante o período delimitado por esta pesquisa, sendo, por isso, considerados como parte das condições de produção da “materialidade discursiva”<sup>14</sup> no tipo de análise aqui apresentada.<sup>15</sup> Apontamentos que nos permite também transformar os modos de escrever a história do magistério no interior da Bahia, implicando-nos em recolocar o masculino em nossas narrativas sobre as experiências fundadoras para que a mulher possa ser percebida também como protagonista do magistério das Ciências e da Matemática.

Na seção a seguir, apresentaremos alguns apontamentos acerca de uma escola que articula as nossas análises acerca da hegemonia do patriarcado atrelada ao apagamento da mulher na fundação de experiências no magistério das cidade de Caetité e Vitória da Conquista.

### **O patriarcado e as disciplinas escolares no Ginásio do Padre**

<sup>14</sup> O texto é, para análise de discurso – AD francesa, a materialidade do discurso e a língua a realização do material do discurso (ORLANDI, 2006). Ele é a unidade complexa de significação da AD, que envolve condições de produção do processo de interação autor-leitor-texto (ORLANDI, 2012).

<sup>15</sup> A Bahia nunca possuiu uma governadora, todos os pleitos femininos foram frustrados pelos arranjos histórico-políticos confirmados pelas urnas.

Durante o trabalho de campo, os nossos interlocutores apresentaram relatos sobre o prédio onde a FFP/VCA foi instalada. Para eles, o entendimento das condições de produção da educação superior passava por uma recuperação da trajetória do Ginásio de Vitória da Conquista, conhecido como “Ginásio do Padre”, criado pelo Padre Luiz Soares Palmeira, o “Padre Palmeira”, em Caetitê e transferido para Vitória da Conquista. Debruçamos sobre os documentos relacionados ao Ginásio que foram disponibilizados pelos técnicos do Arquivo Público de Vitória da Conquista para compreender a sua fundação. Inicialmente, sobre seu regimento interno do ano de 1949. Eis um fragmento:

Art. 6º Além do diretor, terá o Ginásio dois vice-diretores, que supervisionarão as secções masculina e feminina, respectivamente.  
§ único – A secção feminina ficará sob os cuidados de professora especializada em assuntos de educação.

Destacamos que esse documento instituiu homens como dirigentes de um Ginásio hierarquizado pelos gêneros masculino e feminino. Cabia também aos homens supervisionar os seus estudantes, sendo que a seção feminina ficava sob os cuidados de uma mulher, “professora especializada em assuntos de educação”. Não tivemos como recuperar os sentidos atribuídos ao verbete “especializada”, seu conteúdo semântico tecido nas relações práticas do Ginásio, mas não deixamos de interrogá-lo: qual “especialidade” foi esta que era ocupada apenas por mulheres? Também não deixamos de inferir que tal “especialidade” estaria relacionada à disciplinarização do corpo da mulher para torná-las dóceis em transações do sistema educacional da época.

O Ginásio oferecia os cursos Jardim de infância, Primário e Secundário nos termos da normatização educacional do período. O regimento subordinava as decisões ao Diretor, que designava quem ocuparia os postos e as suas substituições – um homem no lugar da decisão de quem ocuparia a docência e demais funções no Ginásio em um momento no qual também a legislação educacional e o próprio sistema de ensino estavam em elaboração.

Interessamos por entender a constituição do corpo docente que era “[...] composto de professores escolhidos entre sacerdotes, médicos, bacharéis em direito, farmacêuticos, cirurgiões dentistas, alunos-mestres, musicistas e desenhistas, mestres de cultura física”. (trecho do Relatório que acompanhou petição). A saber:

P. Luiz Soares Palmeira – Português e Latim

Dr. Francisco Joaquim Bastos – Francês e Português

Dr. Alfense Hofmann – Matemática e Desenho  
Dr. Odilon Temistocles Dantas – Matemática  
Dr. Esau Vieira de Matos – Inglês  
Prof. Everardo Publio de Castro – História Geral e do Brasil  
Dr. José Adelmario Pinheiro – Ciências  
Profa. Elza Gomes da Silva – Música e Canto  
Profa. Ondina Cunha – Economia Doméstica e Trabalho Manual  
Profa. Laura Pereira da Silva – Geografia Geral  
Dr. Artur Guimarães Seixas Pereira – Ciências  
Sarg. Manuel Dias de Albuquerque – Educação Física

A Circular Nº. 1 da Diretoria do Ensino Secundário de 26 de fevereiro de 1962 indica como componente obrigatório da Disciplina Ciências como iniciação às Ciências Físicas e Biológicas na composição do currículo no Ciclo Ginásial do Ensino Secundário. Este documento faz parte da normatização da política educacional nacional amparada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1961.

Encontramos um documento de inspeção do Ginásio de Caetité datado de 16 de agosto de 1937, assinado pelo Dr. Clemente Guimarães, inspetor técnico, e enviado ao Padre Luiz Palmeira e Dr. Aguinaldo Palmeira, diretor e vice-diretor do Ginásio respectivamente, que indica a existência do estabelecimento naquele município e a presença da Disciplina História Natural, lecionada pelo Dr. Clovis Moreira Cunha; Física e Química<sup>16</sup>, lecionadas pelo Dr. Pericles Ramos; e Matemática, lecionada por Paulo Soares de Palmeira, na composição curricular do ensino secundário.

Outro documento expedido pela Inspeção de Ensino Secundário e Profissional da Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Pública da Bahia indica as iniciativas do “interior baiano” em apresentar estabelecimentos para o melhoramento do ensino secundário “capazes dos mais francos elogios”. O documento direciona elogios ao Padre Luiz Palmeira, atribuindo a ele o papel de guia (um pastor): “[...] moço cheio de virtudes e incansável, o Gymnasio de Caetité marcha victoriosamente para o destino que lhe foi reservado”. Percebemos nesse enunciado um homem do Governo elogiando e instituindo outro homem como guia da educação regional.

O relatório de verificação prévia atribui à fundação do Ginásio ao “[...] virtuoso e inteligente Padre Luiz Palmeira e o competente Snr. Francisco Agnaldo Soares Palmeira não

---

<sup>16</sup> Grafia do documento.

lhe faltou o estímulo e o auxílio material do Governo do Estado concorrendo assim para que o Gymnasio de Caitetê se encontra em optimas condições materiaes e intellectuaes”. E acrescenta a relação de disciplinas e professores, como Ciências Phisicas e Naturaes lecionada pelo cirurgião dentista Osvaldo Moreira Silveira e Matemática lecionada pelo engenheiro Alfonso Hofmann.

Nos documentos, há a indicação de que eram os homens quem lecionavam Matemática, Física, Química, História Natural e Ciências Físicas e Naturais. Há registro de mulheres no ensino de Geografia (Helena Santos, que também lecionava na Escola Normal<sup>17</sup>); Desenho, Música e Canto (Valentina Montenegro Cerqueira<sup>18</sup>); e no curso primário (Carmem Guedes, Alda Fernandes e Dalva Tanajura). A organização administrativa do Ginásio era também toda ocupada por homens. Além dos diretores, havia: Dagmar Alvez de Souza (secretário), Miguel Palmeira Ferro (tesoureiro), Abilio Ribeiro Bastos, João de Barros e Camerino Matos (censores) e Paulino José dos Santos (porteiro). A única mulher da administração era Maria da Conceição Ramos, que ocupava o posto de datilógrafa. Ou seja, o único posto ocupado por uma mulher, era relacionada a um trabalho físico, manual e demasiadamente repetitivo.

É possível identificar o apagamento da mulher na proposta curricular do Ginásio desde a sua fundação: poucas professoras compoem, após escolha do Padre, o corpo docente, sendo que uma delas lecionava a Disciplina Escolar Economia Doméstica e Trabalho Manual. Isso reafirma o lugar assimétrico da mulher nas políticas formuladas pelos “homens do poder” em consonância com as relações assimétricas do patriarcado. E abre ainda outra possibilidade de conclusão: as mulheres tornaram-se protagonistas dos ensinos de Ciências e Matemática da educação básica regional, conforme apontam os documentos (inclusive fotografias) e entrevistas, porque resistiram às políticas de silenciamento (ao apagamento) impostas pelo patriarcado e corporificadas nas instituições de ensino. Talvez seja possível falar em uma política de resistência em cenas situadas.

### **Cenas educacionais da resitência feminina**

---

<sup>17</sup> Os professores de História Natural, Física e Química e o próprio padre Palmeira lecionavam também na Escola Normal, reafirmando a relação entre homens e ensinos das disciplinas escolares relacionadas as Ciências Naturais e a Matemática nas experiências de fundação descritas neste texto.

<sup>18</sup> O Relatório emitido pelo inspetor Arnaldo Silveiro indica o nome de Waldelina Cerqueira.



Sentados em uma grande e agradável sala de estar conversávamos com Margarida, quando fomos convidados para um lanche. Paramos para um intervalo e, naquele momento, nossa anfitriã retirou-se da sala, retornou após alguns minutos com alguns materiais em suas mãos e nos convidou a olhá-los, eram fotografias de escolas e estudantes dos períodos em que ela fora estudante e professora. Esse ritual repetia-se em nossas visitas às casas das professoras e eram férteis momentos de espontaneidade, nos quais elas falavam coisas que, em suas compreensões, não mereciam registro. Nas pausas do nosso gravador, vozes e risadas transitavam sem constrangimentos e muitas significações sobre educação e gênero transitavam em nossos diálogos. Naquela sala, compusemos uma cena e dela multiplicaram outras em “[...] possibilidades visuais altamente específicas, cada uma com um modo maravilhosamente detalhado, ativo e parcial de organizar mundos” (HARAWAY, 1995, p. 22). Passaremos agora a problematizar uma das fotografias de Margarida que transitou naquela sala de estar.

**Figura 01** – Estudantes da Escola Normal de Caetité, Bahia na década de 1940.



**Fonte:** Arquivo pessoal da Professora Margarida.

Tomamos o enunciado imagético para pensar a sua estrutura narrativa, considerando conteúdo e forma como produção histórica do sentido. Assim estudamos a imagem tanto como produção de sujeitos, quanto como consumo por sujeitos, ou seja, são sujeitos enunciativos que produzem sentidos pela materialidade fotográfica e, por outro lado, são sujeitos leitores que consomem tais sentidos. A imagem como um todo é dada a ver, mas não pode ser confundida pelo real que se dá. Tratamo-la como documento que registra elementos de seu momento histórico e constrói a cultura de grupos sociais.

Nosso enfoque busca as particularidades do enunciado imagético para entender os sujeitos e a produção de sentidos sobre a mulher no magistério. Esse objeto empírico foi escolhido a partir de sua narrativa do cotidiano escolar como uma cena que expõe personagens e relações, uma imagem que representa um clichê nas fotografias de escola do período.

Para o batimento entre descrição e interpretação, iniciamos pela mensagem plástica da coloração preto e branco que remete diretamente à técnica acessível no interior do Brasil, naquele período. Poderíamos, ainda, ressaltar a raridade do registro fotográfico, pela pouca disponibilidade de profissional, máquina fotográfica e material para revelação. Portanto, vemos uma imagem de registro com características institucionais.

A imagem apresentada cristaliza elementos da instituição e dos sujeitos escolares na primeira metade do século passado. No nível icônico, destacamos a relação entre a escadaria e a posição dos corpos. O cenário posto em simbiose com os sujeitos remete ao ambiente escolar, ordenado e hierarquizado: mulheres sentadas nos degraus do centro e da base, margeadas pelos colegas e acompanhadas pelo professor sentado na cadeira. Outrossim, é significativo apontar que os colegas ocupam os degraus mais altos, enquanto as mulheres aglomeram-se na base da pirâmide desenhada. É possível observar também uma espécie de “barreira” de homens (estudantes e professor) a esquerda e os joelhos das moças voltados para o lado esquerdo, exceto as duas que estão mais próximas da “barreira” de homens. Então, questionamos por que a imagem é composta assim e não de outro modo? Que sentidos sobre o sujeito mulher são produzidos por esse ordenamento na fotografia?

Ao analisar o documento imagético, identificamos os elementos que marcam o lugar da mulher como mero coadjuvante, por mais que represente a maioria dos estudantes do magistério. Percebemos as relações de poder na trama da imagem, em que se cruzam as práticas, os saberes e a instituição escolar. Há um sistema de diferenciação como efeito do poder hegemônico nas instâncias institucionais, que: diferencia o estatuto e os privilégios dos homens e das mulheres; mantém os privilégios e proveitos tradicionalmente postos do homem heterossexual e branco; ratifica os instrumentos do poder na disparidade econômica entre trabalhadores e trabalhadoras; institucionaliza hábitos e hierarquias, no sentido de subjugar a mulher; e racionaliza por critérios unilaterais econômicos e políticos.

As condições históricas definiram o surgimento da mulher no magistério seguindo as regras do poder patriarcal. Podemos estabelecer relações entre os enunciados memorialísticos, jornalísticos e imagéticos que compartilham um mesmo estatuto e pertencem a unidades

heterogêneas, mas apontaram para as mesmas condições históricas de possibilidade que fizeram com que, em determinado momento histórico, somente esses enunciados tenham sido possíveis e não outros. Assim, os currículos escolares foram e são produzidos frente a determinadas possibilidades de dizer.

Nesse sentido, é necessário questionar sobre os modos de viver socialmente e, especificamente, o modo como as mulheres vivem/viveram. Longe de pensar em essência e em natureza postas, buscamos a heterogeneidade, a historicidade e a concretização na vida social. A imagem é, pois, um lugar em que a linguagem é produzida e os indivíduos espectadores são produzidos. A sociabilidade da mulher no contexto escolar está em transição continuamente construída e reconstruída.

No século passado, tratava-se de uma grande emancipação o acesso da mulher à educação. Entretanto, sempre foi relegada à invisibilidade própria do ambiente doméstico. O ingresso no magistério foi uma forma de ampliação da cidadania feminina e mais um elemento dentro da fabricação histórica do feminino. Portanto, a densidade social da mulher é uma prática que está sempre se refazendo no tecido das relações de poder. Isso afeta a vida pública e privada no mundo do trabalho e no âmbito da família, expondo a mulher a outras narrativas a experimentar.

## Conclusão

As questões levantadas até aqui remontam a longas datas e refletem a postura de uma sociedade conservadora, estribada em critérios estabelecidos por um patriarcado de pensamento único que se disseminou firmemente com o apoio de instituições controladas pelos grupos hegemônicos, isto é, de homens cisgêneros, brancos e heterossexuais.

É sabido que, no final do século XIX, desencadeou-se o movimento de “feminização do magistério” em todo o território brasileiro – e no território baiano – momento em que a presença de professores homens nas escolas foi sendo substituída pela de professoras mulheres, diante da necessidade de adequação de mão de obra à legislação vigente, que exigia professores do mesmo sexo para as classes de meninos e meninas. A partir de então, a ideia de magistério como uma profissão eminentemente feminina foi reproduzida pelos ditames institucionais. Nos anos vinte do século XX, dizia-se que a “pedagogia primária” era uma função feminina e que só os homens com rara vocação ou sacrifício buscavam a carreira e só o faziam aqueles fadados ao fracasso (REIS, 1993).

Aqui cabe-nos a pergunta: os espaços educacionais em que se permitiam a atuação das mulheres e sua visibilidade no mundo fora da casa corresponderam aos anseios de emancipação e fuga das amarras que as oprimiam? Quais limitações estariam vinculadas ao protagonismo feminino enquanto docentes nas escolas e fora delas? Onde estariam as mulheres que optavam por profissões diferenciadas no magistério ou fora dele?

A narrativa memorialística de uma professora, formada na Escola Normal de Caetité em 1950, mostra-nos que as jovens em fase de formação interessavam-se por outras profissões, mas tinham que enfrentar verdadeiras batalhas diante dos estigmas construídos em torno dos sujeitos femininos. Escrevendo sobre seus sonhos de estudar na capital, lamentou a perda dessa oportunidade, reconhecendo o peso de “ser mulher”, motivo preponderante, além de outros variados, que as empurraram para o magistério, conforme relatou:

Imaginava-me voltando pra casa nas férias escolares, me formando em médica, diferente das professoras da cidade. [...] Mas minha mãe declarou, peremptoriamente, que estava fora de cogitação minha ida para Salvador, jogando por terra todas as minhas esperanças. Para reforçar a decisão da minha mãe, tinha um fato incontestável: *eu era considerada uma garota doente, fraca, não poderia ficar sem a proteção de minha família*. Na verdade o motivo real só soube depois de muito choro e protesto: meu pai só tinha condição de sustentar um filho fora de casa, e o escolhido foi o Oli, meu irmão caçula. *Era homem e contra isso não havia argumentos*. [...] *Eu era mulher* e como tal não podia sair da casa paterna. *Tinha que me contentar com o curso da escola normal e me tornar uma professora como todas minhas conterrâneas*. (FAUSTO, 2013, p. 15, *grifos nossos*).

Ser mulher e ser considerada uma garota de saúde frágil eram as razões – entre muitas outras – alegadas para tolher os interesses por outras formações. Os estigmas sobre a diferença sexual, mais do que a falta de recursos materiais, destruíram os projetos de muitas jovens, não só nos anos 1940 e 50, como o caso acima, mas também nas décadas que a antecederam e a sucederam. Louro (2000) atribui a esse processo de feminização da profissão múltiplos fatores entre os quais constam ofertas de trabalho no setor terciário em desenvolvimento que iam absorvendo a mão de obra masculina. A adoção de novos hábitos e comportamentos ligados principalmente aos progressos urbanos foi contribuindo para a emergência de vagas no mercado de trabalho aproveitadas principalmente pelos homens. Às mulheres, o magistério colocava-se como a carreira mais viável. Gênero foi e é uma questão que estruturou e estrutura o mercado de trabalho.

Se, por um lado, a formação em magistério representava uma situação de valorização moral do trabalho para as mulheres e oportunidade de adentrar o espaço público, por outro,

trazia resultados materiais pouco animadores, visto que não ocorria a mesma valorização no plano material e no recebimento de bons salários. Reis (1993) observou que, não só no Brasil como em outros países, enquanto o magistério se feminilizava, aumentava-se o controle burocrático, exercido predominantemente por homens nos cargos de direção, supervisão ou outros mais bem pagos. As mulheres ficariam restritas às funções de professoras primárias e só depois de algum tempo é que adentrariam outros níveis.

Nesse processo de “feminização do magistério”, foram significativas ainda as medidas implementadas pelo Estado, determinando conteúdos e legislando sobre mecanismos de controle e censura sobre os sujeitos femininos que, embora conquistando mais espaço no mundo “fora da casa”, continuavam amargando no apagamento social.

Entretanto, dados do século XXI refletem que, em 2009, as mulheres ainda representam a maioria entre os profissionais da educação no Brasil, exceto no Ensino Superior, cuja porcentagem é de 45,7 %. Entre outros dados, Rosemberg (2012) aponta a realidade nordestina com os níveis salariais mais baixos – embora essa situação se repita em outras regiões do país – confirmando ainda a predominância de mulheres professoras nas séries iniciais de ensino. Esse fato porém, não garante equidade quando em outros níveis de ensino, ocorrendo mesmo desmerecimento e invisibilidade se lecionarem disciplinas fora da área de Ciências Humanas e Letras.

Diante desses dados, podemos nos perguntar: em que “camisa de força” foi colocada a formação das mulheres a ponto de sustentar por tanto tempo uma situação de desigualdade no âmbito geral dos níveis de escolaridade e da diversificação profissional?

Queremos concluir este trabalho com o argumento possível após a descrição etnográfica, uma interpretação da experiência: emergiram políticas de silêncio no magistério (Escola Normal, Faculdade e Ginásio do Padre) instituídas pelo patriarcado que tem como cerne de seu conteúdo a hegemonia masculina. Aqui a hegemonia em discursos sobre o ensino de Ciências e Matemática no sudoeste do Estado da Bahia, ainda que a experiência prática de ensinar e aprender estas disciplinas escolares tenha sido protagonizada principalmente por mulheres.

Todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer (ORLANDI, 2007). As palavras são prenes de sentido e, por conseguinte, de silêncio. Este pode ser definido como silêncio fundador, formulado por Orlandi (2007, p. 24): “aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar”. O funcionamento dos discursos sobre a educação regional está calcado na

dualidade enunciação-silêncio que informa a dominação masculina e o apagamento da mulher (do seu protagonismo) no magistério, especificamente de Ciências e Matemática. Assim, enunciar apenas o homem como fundador e protagonista do ensino (o sentido fixo) arrasta a incompletude dos muitos sentidos possíveis nos quais também a mulher poderia ocupar o papel de protagonista.

A materialidade discursiva em quaisquer contextos não pode ser entendida como uma espécie de portal para a experiência passada. O texto, como um documento de arquivo, não é substrato no qual os sentidos repousam à espera de leitores. Assim habitar em experiências passadas por meio da mediação dos documentos e entrevistas considerou: a ficcionalidade do texto enquanto discurso modulado por efeitos de sentidos entre documentos, entrevistados e pesquisador no encontro etnográfico e a ficcionalidade da produção dos documentos em suas contemporaneidades pelos mesmos entes da relação discursiva texto-autor-leitor e a realidade vivenciada. Esse jogo de ficção permitiu a emergência de uma história em efeitos de sentido que não se encerram neste texto, mas seguem nas leituras possíveis.

As Escolas Normais, a Faculdade de Formação de Professores de Vitória da Conquista e o Ginásio do Padre estabeleceram currículos que produziram apagamento da mulher das experiências de fundação do ensino, especificamente, de Ciências e Matemática. Com base neste estudo que apresentamos aqui, acreditamos ser possível afirmar que este apagamento foi e é produzido em regularidades institucionalizadas em toda a trajetória do ensino na região a partir do fortalecimento do patriarcado na política baiana, afinado com o regime político-militar; seu correspondente na política educacional para o interior do Estado, representada pelas escolas normais e pelas faculdades de formação de professores; e a sua atuação no interior das famílias das/dos estudantes que se candidatavam ao magistério.

Algumas diferenças curriculares para educandos e educandas foram se diluindo somente a partir dos anos 1960 e 1970, mudança importante em relação à educação superior das mulheres, na luta contra as desigualdades de gênero e ainda uma alternativa para conseguirem independência financeira e lutarem pela igualdade de direitos entre homens e mulheres na vida profissional. No entanto, argumentamos que o apagamento da mulher continuou/continua como questão estruturante/operante das práticas educacionais que compõem a dimensão prática do currículo e podem ser identificadas nas materialidades discursivas que informam as narrativas da história da educação na região. Conforme apontou Haraway (1995, p. 29), “gênero é um campo diferença estruturado e estruturante [...]”. Anísio Teixeira e Padre Palmeira, por exemplos, são assuntos pautados constantemente em agendas

de pesquisadores e o mesmo não se identifica em relação às mulheres que também protagonizaram experiências de fundação do magistério na Bahia.

Pautar o apagamento da mulher permitirá entender como as versões narradas/contadas acerca da história do ensino regional estão elas mesmas inscritas em um silêncio que remonta à emergência das escolas primárias e secundárias da região nos séculos XIX e XX e que é reatualizado no presente, nos sistemas de ensino, na feitura dos arquivos, nas ementas das disciplinas acadêmicas, nos referências que citamos para teorizar em silêncio mesmo quando publicamos... Silêncio sobre mulheres, sobre negras, sobre nordestinas, sobre homossexuais, sobre transsexuais e tantas outras minorias que tecem na cotidianidade as suas políticas inventivas para resistir aos muitos apagamentos.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Tradução de: Maria Helena Kühner.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Brasília, 1971.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Brasília, 1968.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 287-322, Oct. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132004000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000200003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 28 de ago. 2016.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Do Ponto de Vista de Quem ? Diálogos, olhares e etnografias dos/nos arquivos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 36, p. 7-32, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2242/1381>> Acesso em: 28 ago. 2016.

FAUSTO, Palmira Guanais de Aguiar. **Cartas na mesa... hora de recordar**. S/ed, s/local, 2013.

FERREIRA, Vinicius Kauê; STRATHERN, Marilyn. Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia. São Paulo: Terceiro Nome, 2013. 160 p. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 21, n. 43, p. 395-399, June 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832015000100395&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832015000100395&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 31 jul. 2017

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Tradução de: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva patriarcal. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <file:///C:/Users/asus/Downloads/1773-2162-1-SM.pdf> Acesso em: 07 mar. 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: Del Pryore (Org.) **História das mulheres**. Rio de Janeiro: Contexto, 2000.

MARTINS, Ângela Maria S. Breves Reflexões sobre as primeiras Escolas Normais no contexto educacional brasileiro, no século XIX. **HISTEDBR On-line**, v. 35, p. 1-10, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639621>> Acesso em: 12 dez. 2012.

PASSOS, Elizete Silva. A presença feminina nos cursos de graduação da UFBa. IN.: COSTA, Ana Alice Alcântara; ALVES, Ivia. **Ritos, mitos e fatos**: mulher e gênero na Bahia. Salvador: NEIM/UFBa, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo, SP; Campinas, SP: Cortez: Editora da UNICAMP, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas, SP: Pontes, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise do Discurso. In.: ORLANDI, Eni; LAGAZZIRODRIGUES, Susy (Orgs.) **Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006

REIS, Maria Cândida Delgado. **Tessitura de Destinos**: mulher e educação, São Paulo 1910/20/30. São Paulo: EDUC, 1993.

ROSEMBERG, Fulvia. Mulheres educadas e a educação das mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi e PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

ROCHA, Lúcia Maria da Franca. A Escola Normal na Província da Bahia no século XIX. In: Ana Maria Gonçalves Bueno de Freitas; José Carlos Souza Araújo; Antonio Pádua Carvalho Lopes. (Org.). **As escolas normais no Brasil do Império à República**. Campinas: Alínea, 2008.

SANTOS, Helena Lima. **Caetité, pequenina e ilustre**. Brumado-Ba: Tribuna do Sertão, 1997.



SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Revisitando o campo. In.: SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar; MINELLA, Luzinete Simões (Org.). **Gênero e ciências: mulheres em novos tempos**. Salvador: EDUFBA/NIEM, 2016.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da Dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade Melanésia**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006. Tradução de: André Villalobos.

### SOBRE OS AUTORES

#### **Elizeu Pinheiro da Cruz**

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação e Formação de Professores na Bahia. Membro do Grupo de Pesquisa Ensino, Discurso e Sociedade. E-mail: elizeuprof@gmail.com

#### **Janaina de Jesus Santos**

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Líder do Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos Audiovisual e do Discurso (AUDiscurso). Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação e Formação de Professores na Bahia. E-mail: janainasan@gmail.com

#### **Maria Lúcia Porto Silva Nogueira**

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Membro do Grupo de Pesquisa Cultura, Sociedade e Linguagem. Líder do Grupo de Pesquisa Ensino, Discurso e Sociedade. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em práticas Educativas. E-mail: mluciaporto@yahoo.com.br

Recebido em: 15 de janeiro de 2018  
Aprovado em: 27 de fevereiro de 2018